



Crescimento é bom, mas ainda insuficiente

Síntese: *Apesar do bom resultado do ano passado, o desempenho da economia brasileira ainda está muito aquém do desejável. Com a perda de vigor das exportações, setor externo passou a subtrair pontos do PIB; país precisou de R\$ 4,5 bilhões externos para financiar demanda por bens e investimentos. Impostos tiveram a maior alta em 11 anos. Pela quarta vez no governo Lula, carga tributária bateu recorde. Brasil continua a ter crescimento abaixo da média dos emergentes: considerado o desempenho acumulado desde 2003, país só aparece à frente de Guatemala, México, El Salvador e Haiti.*

Os números do PIB de 2007 são positivos e merecem ser comemorados, na medida em que correspondem a melhores condições de vida para a população. Com base em mudanças que vêm sendo feitas há pelo menos uma década na nossa economia, o país tem conseguido lograr resultados melhores e, com isso, gerar mais renda para os brasileiros. Isso não afasta, porém, a constatação de que o desempenho recente ainda está muito abaixo do que a bonança mundial permitiria ao Brasil ter alcançado nos últimos anos.

Até o início da década, a locomotiva que puxava a economia nacional era o setor externo, ou seja, a força das exportações em alta abastecendo um mercado consumidor mundial aquecido. Hoje o motor do crescimento é o consumo interno. O problema é o Brasil ter desengatado seu vagão do impulso externo no mesmo instante em que a economia global atravessou sua melhor fase desde a Segunda Guerra. Uma composição positiva destes dois vetores – o interno e o externo – poderia permitir à economia brasileira, de fato, deslanchar.

Por causa do crescimento cada vez mais robusto das importações e da perda de dinamismo das exportações, o setor externo influiu negativamente nas contas nacionais no ano passado. Subtraiu 1,4 ponto percentual do PIB. É o segundo ano seguido em que isso ocorre (em 2006, a contribuição foi idêntica: -1,4 ponto). Isso significa que, tivesse este indicador sido pelo menos neutro, a economia brasileira poderia ter crescido quase 7% em 2007.

Desde 2006 as exportações vêm se expandindo em ritmo inferior ao das importações. Isso se acentuou no ano passado e ganha cores berrantes agora. Até a primeira semana de março, as compras feitas pelo país no exterior já havia crescido 65% sobre igual período de 2007, enquanto os embarques subiram apenas 31%. Em razão disso, o Brasil chegará ao fim do ano registrando déficit nas contas externas, o primeiro desde 2002. A previsão é de um rombo, em ascensão, de US\$ 8,1 bilhões e que deve atingir US\$ 12 bilhões no ano que vem.

A contribuição negativa das transações comerciais levou o país a apresentar, no ano passado, uma necessidade de financiamento externo de R\$ 4,5 bilhões. É a primeira vez que isso ocorre desde 2002. Tal déficit significa que a renda

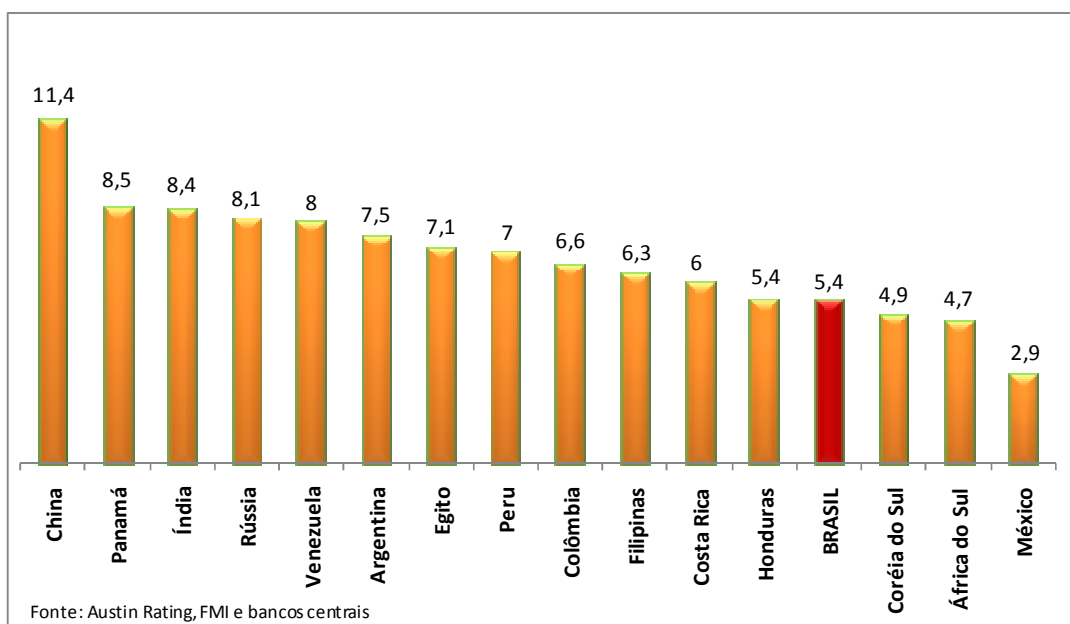
nacional foi insuficiente para financiar toda a demanda interna de consumo e investimento. Para dimensionar: em 2006, este mesmo indicador registrara “sobra” (ou seja, superávit) de R\$ 20,8 bilhões.

Aposta arriscada no consumo

Com a locomotiva externa descarrilhada, coube à demanda interna conduzir o PIB adiante. É positivo, mas perigoso. Primeiro, porque boa parte do aumento do consumo deveu-se a maior endividamento das famílias, algo que – os índices de inadimplência vão indicando – já dá mostras de ter batido no seu teto. Segundo, porque o ritmo atual de expansão da demanda pode não ser compatível com o avanço da produção, trazendo riscos de inflação. No fim do ano, o crescimento (anualizado) do consumo já era superior ao dos investimentos: 15,6% contra 14,3%.

A taxa de investimento avançou 13,4% no ano passado. Ainda é pouco, caso o país pretenda sustentar o atual patamar de expansão da economia – dificuldade que os gargalhos de infra-estrutura só reforçam. Hoje, a formação bruta de capital fixo equivale a 17,6% do PIB. Vale dizer que, entre as dez maiores economias emergentes, somente as Filipinas têm indicador num nível abaixo deste. Para que a taxa de crescimento do PIB mantenha-se em torno de 5% ao ano, é preciso elevar o patamar de investimentos a pelo menos 20%, ainda bem abaixo dos 40% que, por exemplo, a China exhibe.

Crescimento econômico em 2007 (em %)



O peso dos impostos

Outro aspecto a considerar é a participação dos impostos na composição do PIB, o que dá a exata medida de como parte do crescimento da economia brasileira nada mais é do que tributo a mais pago pelos contribuintes. Pela metodologia do IBGE, os impostos subiram 9,1% em 2007, na maior alta desde o início da série histórica, em 1996. Isso significa que, sem os tributos, o PIB teria avançado apenas 4,8% no ano passado.

Uma das conseqüências é que a carga tributária bateu novo recorde e atingiu 36,08% do PIB, de acordo com o Instituto Brasileiro de Planejamento

Tributário. É a quarta vez que isso acontece no governo Lula. A alta acumulada desde 2002 é de 3,43 pontos percentuais. No ano passado os contribuintes pagamos R\$ 923 bilhões em impostos e contribuições, cifra que representa praticamente o valor do PIB nacional (em valores nominais) de uma década atrás. Cada brasileiro recolheu R\$ 4.943 aos cofres públicos em 2007.

Ainda na rabeira do ranking

A expansão recente do PIB brasileiro ainda deixa o país para trás no ranking mundial, em especial quando comparado às economias em desenvolvimento. Nos últimos cinco anos o crescimento médio nacional foi de 3,8% anuais. Entre 39 nações emergentes, tal desempenho só é melhor que os de Guatemala, México, El Salvador e Haiti, nesta ordem. Os líderes são China (média anual de 10,6%), Argentina (8,6%) e Índia (8,5%). Desde 2003 o Brasil esteve sempre abaixo da média dos emergentes. Se considerados todos os países do mundo, os 5,4% de crescimento do PIB nacional permitem ao Brasil figurar apenas na 83ª colocação do ranking de 2007.

Isso só reforça a constatação de que as condições mundiais possibilitariam ao país ter obtido resultados muito melhores que os alcançados até agora na era Lula. Muito da frustração deve-se aos desincentivos que a política monetária (juros campeões mundiais) impõe à produção; à contribuição negativa que o setor externo tem dado às contas nacionais, em decorrência da sobrevalorização do dólar; e aos ainda insuficientes investimentos na melhoria da infra-estrutura. Gastos públicos em ascensão também impedem que se crie um ambiente fiscal mais propício para o investimento privado. Tivéssemos estas condições e o país poderia estar, de fato, comemorando uma arrancada rumo ao desenvolvimento sustentado.



"Brasil Real - Cartas de Conjuntura ITV" é uma publicação quinzenal do Instituto Teotônio Vilela. Caso não queira voltar a recebê-la, clique [aqui](#). Se preferir, basta responder este e-mail preenchendo o campo Assunto com a palavra "Cancelamento" e seu endereço será excluído de nossa lista.

INSTITUTO TEOTÔNIO VILELA

Instituto Teotônio Vilela . Senado Federal Anexo 1 - 17º andar - Sala 1707 . CEP 70165-900 . Brasília - DF . Tel.: (61) 3311-3986 / 3311-4338 / 3224-5282 / 3323-7990 . Fax: (61) 3311-3891 . e-mail: itv@itv.org.br . site: www.itv.org.br